



Strauss e o duplo propósito da educação liberal

*Claudio Cesar Carvalho dos Santos**

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar e discutir o tema da educação liberal na obra de Leo Strauss. Tentaremos apresentar a posição do filósofo, a qual, a nosso ver, confere um duplo propósito à educação liberal. Primeiramente, o filósofo teuto-americano demonstra certo descontentamento com as sociedades de massa, as quais são caracterizadas pela baixa qualidade de suas produções artísticas e intelectuais. Nesse sentido, para Strauss, a educação liberal tem o propósito de remediar os problemas da sociedade de massa, estimulando qualidades como a dedicação e a concentração e tornando possível a constituição de uma “aristocracia dentro da democracia”. Por outro lado, Strauss define a filosofia como a educação do adulto, entendendo, ao mesmo tempo, a educação cavalheiresca como algo direcionado ao jovem, o que torna possível que esta forma de educação possua até mesmo um caráter lúdico. Explorando essa linha de raciocínio, Strauss considera, então, que a educação liberal pode ser identificada como uma preparação para a filosofia.

Palavras-chave: Leo Strauss; Educação Liberal; Cultura de Massas

Strauss and the Dual Purpose of Liberal Education

Abstract: The present work aims to present and discuss the theme of liberal education in the work of Leo Strauss. We will attempt to present the philosopher's position, which, in our view, confers a dual purpose to liberal education. Firstly, the German-American philosopher expresses a certain discontent with mass

* Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ). E-mail: claudiocarvalho37@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9034566408766202>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-3667-4546>.

societies, which are characterized by the low quality of their artistic and intellectual productions. In this sense, for Strauss, liberal education aims to remedy the problems of mass society by stimulating qualities such as dedication and concentration, thereby making possible the establishment of an "aristocracy within democracy". On the other hand, Strauss defines philosophy as the education of the adult, while also understanding chivalric education as something directed towards the young, which allows this form of education to even possess a playful character. Exploring this line of reasoning, Strauss considers, therefore, that liberal education can be identified as a preparation for philosophy.

Keywords: Leo Strauss; Liberal Education; Mass Culture

Introdução

Leo Strauss é um autor muito conhecido por suas contribuições na área da filosofia política. No entanto, iremos aqui procurar analisar suas contribuições no área da educação e do ensino de filosofia. Tentaremos trabalhar o seu conceito de educação liberal e sua relação com a filosofia. Robertson foi um comentador que se ocupou dessa dimensão da obra de Strauss. De acordo com ele, o filósofo alemão se dedicou apenas ocasionalmente a escrever exclusivamente sobre educação. No entanto, em um sentido mais amplo é possível dizer que a educação compõe o tema central de todos os escritos de Strauss. Este autor trabalha frequentemente em seus textos uma distinção entre duas formas de ensino, a saber, o ensino “exotérico”, por um lado, e “esotérico”, por outro. Essa distinção é fundamental no sentido em que deve haver uma forma diferente de ensinar: uma, direcionada para o filósofo; outra, direcionada para a cidade. Em relação ao ensino “exotérico”, podemos dizer que Strauss entende a sociedade política como uma sociedade marcada por uma dimensão irremediavelmente doxástica, de modo que a verdade filosófica apresenta para ela um caráter profundamente perturbador. Nesse sentido, a ordem cívica necessita, para sua manutenção, se fundar em opiniões. Isso faz com que o ensino de filosofia deve apresentar um caráter “esotérico”, pois esse ensino se constitui como um elemento tóxico para a cidade. Trata-se de um

ensino desnecessário, que, no entanto, se caracteriza como uma atividade mais fundamental de busca da verdade (Robertson, 2011, p.34).

No início de uma de suas obras, Oliveira nos explica como ocorreu o surgimento desse modo de ensino “esotérico”. Ele nos mostra que, para Strauss, a filosofia possui um caráter conflitante com a cidade, pois possui uma característica que vai de encontro com o elemento mesmo desta última. A saber, a cidade possui como fundamento as opiniões autorizadas, ou seja, um conjunto de crenças que são sancionadas pela autoridade política, que pretendem funcionar como respostas às questões mais fundamentais. A filosofia, por sua vez, consiste em substituir as opiniões sobre as questões fundamentais pelo conhecimento das questões fundamentais. Isso equivale a dizer que a filosofia se confronta com a cidade. Nesse sentido, como meio de evitar uma perseguição por parte da cidade, a filosofia desenvolve um método de comunicação que podemos identificar com a escrita “esotérica” (Oliveira, 2020, p.2).

Strauss reconhece na vida filosófica a mais nobre forma de vida, por isso vemos uma preocupação no que diz respeito ao ensino “esotérico” como meio de proteger a atividade filosófica. No entanto, de acordo com Robertson, o que está em maior evidência na obra do autor é a relação da esfera da vida filosófica com as outras esferas da vida como a cidade, a religião, a arte, a história. Essa relação, do ponto de vista do filósofo, não ocorre como uma apresentação dessas coisas como elas são. Porém, ocorre sempre uma espécie de ensinamento. De modo que essas dimensões não filosóficas vêm à luz apenas em relação à educação conduzida pela filosofia (Robertson, 2011, p.35).

Com o objetivo de desenvolver uma argumentação no sentido de identificar o duplo propósito da educação liberal no pensamento de Strauss – um ensino direcionado por um lado à cidade e por outro ao jovem filósofo – o presente texto está dividido em quatro seções. De forma que, na primeira tratamos do fenômeno da democracia de massas e a educação liberal como um antídoto que pode ser usado para remediar o problema característico dessa forma de governo, a saber, a cultura de massas. Na segunda seção tentamos trabalhar o método dialógico – estabelecer um

diálogo com as obras dos grandes pensadores – como uma alternativa para o desenvolvimento da boa sociedade. Na terceira seção, procuramos refletir a respeito da educação do cavalheiro e seu papel como governante. E a última seção foi dedicada a refletir a respeito da filosofia como a mais nobre forma de educação em contraposição à educação do cavalheiro.

A democracia de massas como um fenômeno moderno e o papel da educação liberal como um antídoto para a cultura de massas

Podemos entender a educação liberal como a educação do não filósofo, a educação da cidade, ou a educação do jovem, ao passo que a filosofia é a educação do adulto. Nesse sentido, Strauss, na obra *What is liberal education?*, se pergunta a respeito de o que pode significar a educação liberal nos nossos tempos. Ele propõe uma definição no sentido que a educação liberal pode ser entendida como uma educação que depende da alfabetização. A alfabetização, segundo o filósofo é um pilar da democracia moderna. Para esclarecer essa necessidade Strauss procura efetuar uma reflexão a respeito do caráter mesmo da democracia. Assim, ele propõe, inicialmente, uma definição de democracia entendida como um regime que se sustenta na virtude, esta, por sua vez, exige sabedoria. Nesse sentido, a democracia ideal seria um regime em que a maioria dos adultos fossem virtuosos e sábios, de modo a se assemelhar a uma aristocracia universal (Strauss, 1989, p. 313).

De acordo com Strauss, a ciência política, no sentido moderno do termo, se dedica a compreender a relação entre a democracia ideal, e a democracia real. De acordo com um ponto de vista extremo, porém, muito comum, a democracia ideal é apenas uma ilusão. Os adeptos desta opinião, procuram enfatizar exclusivamente o comportamento das democracias. Strauss reconhece que, em vez de uma aristocracia universal, a democracia moderna se constitui como um governo das elites. Tais elites são formadas por homens que por algum motivo estão no topo. A democracia moderna apresenta em seu cerne a apatia eleitoral, a falta de espírito público. Os

componentes desse tipo de governo são cidadãos que consomem conteúdos focados em esportes e violência. Nesse sentido, as massas não podem governar, de forma que a democracia moderna se constitui não como um governo de massas, mas sim como uma cultura de massas. A cultura de massas é definida por Strauss como aquela cultura que pode ser apropriada por capacidades intelectuais medianas. Tal cultura não exige, para ser assimilada, muito esforço intelectual ou moral, e também se caracteriza por um baixo custo monetário. Entretanto, até mesmo as culturas de massas necessitam de ideias novas produzidas por mentes criativas. Podemos ver então que a democracia exige qualidades que vão além da mediocridade da cultura de massas, ela necessita de dedicação, concentração, profundidade. Strauss reconhece a educação liberal como um remédio para a cultura de massas: “A educação liberal é a escada pela qual nós tentamos ascender da democracia de massas para a democracia em seu sentido original” (Strauss, 1989, p. 314).

Em relação a esse debate, Burns mostra que as tradições filosóficas, antiga e moderna, se diferem, em relação ao conceito de democracia. A rejeição da democracia pelos pensadores antigos está ligada ao fato de que para eles o fim do ser humano não é a liberdade, mas sim a virtude. E devido a fatores econômicos, no mundo grego era inevitável que uma democracia fosse governada por pobres, que não tinham instrução alguma para governar. Por outro lado, a democracia moderna, regime mais complexo, que goza de abundância, apresenta outro problema que pode ser identificado como a cultura de massas. Caracterizada dessa maneira, a democracia moderna necessita de uma educação que enriqueça intelectualmente a alma, dando a ela profundidade. Burns nota, entretanto, que esse tipo de educação é ameaçado pela dinâmica de abundância econômica¹.

Entendendo que a democracia moderna surge do próprio projeto científico moderno, como mostra Burns, Strauss vê no desenvolvimento tecnológico uma ameaça. Uma diferença identificada entre a democracia

¹ Cf. Burns, 2021, p. 1

moderna e a democracia clássica poderia estar relacionada à tecnologia. Para Strauss o pensamento tecnológico está no cerne da filosofia política moderna, com o objetivo de aumentar o poder humano e desenvolver uma relação de domínio com a natureza². De acordo com os pensadores antigos, a emancipação da tecnologia poderia ter consequências ruins. Para eles, a filosofia é uma tarefa essencialmente teórica, é a “busca do conhecimento das coisas mais importantes”³ e a libertação da tecnologia do controle da moral e da política pode ser desastrosa. Dessa forma, eles apresentam uma rejeição da ideia de uma ciência dominada pela técnica, pois isso seria destrutivo para a humanidade (Burns, 2021, p. 4).

A democracia liberal se apoia na doutrina da igualdade natural entre os homens, com isso, a soberania deve pertencer ao povo, nesse sentido, surge uma distinção entre a soberania e o governo. A soberania agora pertence a uma classe que não participa diretamente do governo, mas é representada por ele. No entanto Strauss, como mostra Burns, vai entender que esse tipo de governo exige um comprometimento do cidadão, pois o papel do governo é apenas representar o povo, isso exige do próprio povo responsabilidade. (Burns, 2021, p.12). A responsabilidade está no lugar da virtude no mundo moderno, de modo que o cidadão deve se comprometer com a coisa pública no sentido de acompanhar as ações de seus representantes. A própria definição de Strauss diz que a forma como se usa a palavra responsabilidade atualmente constitui um neologismo. O que hoje consideramos como uma pessoa responsável, para o mundo antigo seria o substituto do termo justo ou virtuoso. Se consideramos uma pessoa responsável por algo na medida em que ela se dá conta dos próprios atos, nesse sentido, no entanto, um assassino responsável está muito distante da virtude. Desse modo, responsabilidade não se identifica com a virtude (Strauss, 1989, p. 323).

Frente a esses problemas, Strauss, de acordo com Burns, entende que a ação política e moral e a grandeza ainda são possíveis dentro de uma

² Burns, 2021, p.2

³ Strauss, 1989, p. 327

democracia moderna. Strauss estaria direcionando para a adesão ao constitucionalismo democrático liberal que pode ser direcionado por uma aristocracia dentro da democracia. Nela o pensamento é cultivado por uma educação religiosa e pelo estudo nos grandes livros⁴.

A forma como se define a educação liberal – uma maneira de ascender da democracia de massas para uma espécie de aristocracia universal – pode soar como uma abordagem que limita a ideia de educação liberal a um sentido meramente político, que assume de maneira dogmática a bondade da democracia moderna. Assim, Strauss se depara com a questão a respeito de como devemos nos comportar frente a democracia moderna. Seria o caso de simplesmente abandonarmos a democracia de massas e retornarmos à natureza? Os problemas apresentados pela cultura de massa nos levam a procurar caminhos alternativos, como um retorno à vida em tribos iletradas. Uma sociedade iletrada é aquela que se sustenta no costume ancestral, que remonta aos fundadores originais, os deuses. Uma vez que não existem escritos em tal sociedade, os herdeiros da tradição não podem ter contato direto com os fundadores originais. Desse modo não é possível saber se ocorreu algum desvio em relação aos ensinamentos originais. Nesse sentido, uma sociedade iletrada não pode se fundamentar no princípio de que o melhor é o ancestral. Uma comunicação direta entre os herdeiros da sociedade e os seus fundadores seria possível somente por meio de livros. De forma que inviabiliza um retorno ao analfabetismo. Uma vez que somos inclinados a viver com os livros, o ideal seria viver com os grandes livros (Strauss, 1989, p. 315).

A educação liberal para a vida na cidade é uma educação para a excelência humana. Por outro lado, de acordo com as contribuições de Platão, a educação no mais alto sentido é a filosofia. A filosofia, nesse caso, é entendida como a busca pelo conhecimento das coisas mais importantes, o conhecimento da felicidade e da virtude. No entanto, o filósofo grego reconhece a imperfeição da sabedoria humana, de forma que a virtude e a felicidade serão sempre limitadas. Contudo, o filósofo é

⁴ Burns, 2021, p. 15.

possuidor de todas as excelências que a mente humana é capaz de alcançar⁵. Nesse sentido, Strauss conclui que não podemos ser filósofos pois não podemos adquirir a mais alta forma de educação. Entretanto, apesar de não podermos ser filósofos, podemos, segundo Strauss, amar a filosofia e tentar filosofar. Filosofar nesse sentido consiste em ouvir, discernir, conhecer o diálogo entre os grandes filósofos (Strauss, 1989, p. 317).

No entanto, encontrar grandes filósofos não é algo comum, por isso, em grande medida, temos acesso ao pensamento deles apenas por meio de livros, que são obras importantes. Uma tarefa da educação liberal Strauss identifica em estudar os livros fornecidos pelos grandes pensadores (Strauss, 1989, p. 312). Contudo, essa não é uma tarefa simples, porque as grandes mentes divergem a respeito dos assuntos mais importantes. De modo que a educação liberal não pode se reduzir a uma doutrinação.

A importância do método dialógico para a realização da boa sociedade

Ao compreendermos a educação liberal como o ato de estudar o diálogo entre as grandes mentes, defrontamo-nos com a maior dificuldade, a saber, essa conversação não vem a ser sem a nossa ajuda. Isso ocorre na medida em que os grandes pensadores se comunicam por meio de monólogos, e nossa função é transformar seus monólogos em diálogos. Essa defesa do diálogo como um bom método para se relacionar com a obra dos grandes pensadores foi observada por McDonough em sua obra *Strauss's Right Pedagogy* onde ele mostra que Strauss defende uma forma de abordagem dialógica das obras produzidas pelas grandes mentes, de modo a nos preocupar com as questões levantadas pelos autores, e não apenas nos contentar com as respostas apresentadas. Nesse sentido, é importante observar a forma como o texto é estruturado e não apenas seu

⁵ Strauss, 1989, p. 316

conteúdo. O texto deve ser objeto de pesquisa e não deve ser entendido como um recipiente de informações (McDonough, 2011, p. 53).

McDonough ainda nos diz que Strauss segue um método pedagógico semelhante ao método utilizado por Tucídides em seus ensinamentos históricos. Tucídides apresenta um conhecimento que é necessário para a realização da melhor cidade, embora não seja propriamente um conhecimento de como governar. Esse conhecimento não pode ser apresentado por meio de afirmações e argumentações, mas deve ser adquirido por meio de interpretação e de diálogo. O que é ensinado por Strauss não é um conhecimento substantivo, mas um conhecimento de como engajar-se em uma prática contínua. A discussão de Strauss sobre a pedagogia enfatiza o discurso, que não é meramente um meio de transmissão de ideias, mas é entendido como um tipo de engajamento ativo em que princípios e valores são determinados. A qualidade dialógica dos textos de Strauss não é meramente estilística, em vez disso, serve para iniciar leitores por exemplificar métodos de engajamento (McDonough, 2011, p. 56).

Strauss discute a *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides para mostrar o tipo de pedagogia que se encontra implícita nessa obra. Strauss entende que o registro de Tucídides a respeito dos acontecimentos da guerra tem como função não apenas transmitir a memória do evento, mas junto a isso, Tucídides esperava redescobrir as condições que fazem o melhor regime possível. O modo pelo qual Tucídides trata os discursos dos atores políticos conduz a uma lição crucial a respeito do método que o engajamento político é ensinado. Este ensinamento ocorre não tanto como uma retratação do que exatamente aconteceu, mas é elaborado como um exemplo do que pode ser alcançado politicamente por discursos por meio da implementação das melhores práticas retóricas. Strauss entende que o propósito de Tucídides é preservar a sabedoria desenvolvida em Atenas (McDonough, 2011, p. 57).

Em sua análise da obra de Tucídides, Strauss reconhece a ele a autoria dos discursos dos políticos envolvidos na guerra. É o próprio Tucídides o autor dos discursos que estão de acordo com os cânones de

retórica. Os discursos encontrados nas obras do historiador grego não são discursos naturais de homens sem erudição, mas são elaborados por oradores que possuem capacidade de desenvolver discursos consistentes com as regras dos discursos. Tucídides não relata como os estadistas discursavam, mas faz um esforço na direção de como eles deveriam discursar. O objetivo dessa estratégia elaborada pelo historiador grego não foi de corrigir os políticos; ao contrário, seu intuito era mostrar aos seus leitores algo que possui mais força pedagógica quando exibido (McDonough, 2011, p. 58).

McDonough ainda nos diz que a obra de Strauss *Direito Natural e História* é composta, a exemplo de Tucídides, com o objetivo não de convencer sua audiência a respeito da aplicação universal de certos direitos, mas de exemplificar um estilo essencial de investigação a respeito do direito natural. As investigações a respeito dos direitos, como fundamento da democracia liberal, colocam em risco a existência da ordem política, por colocá-la em questão. O método da investigação, para Strauss, determina quais são os benefícios e os custos do questionamento. O filósofo teuto-americano não se opõe ao questionamento dos princípios políticos levado a cabo pelos modernos, no entanto, se opõe ao método utilizado nessas investigações (McDonough, 2011, p. 62).

Strauss organiza *Direito Natural e História* de modo a apresentar o pensamento de autores modernos como Thomas Hobbes, John Locke e Edmund Burke. Além destes, ele apresenta o pensamento dos autores clássicos, como Platão, Aristóteles e Tomás de Aquino. Com isso, Strauss elabora um contraponto entre esses autores, de forma que os antigos se tornam interlocutores de um diálogo com os modernos. A exemplo de um drama em que a opinião do autor é ofuscada pela opinião dos atores, é difícil determinar a opinião do escritor sem antes considerar o todo da composição. Nesse sentido, Strauss busca fornecer ao leitor a sensação de presenciar um diálogo entre interlocutores discordantes. Na medida em que avançamos na leitura da obra podemos ver o desenvolvimento das ideias formuladas por diversos pensadores. A partir de sua apresentação, podemos esboçar uma imagem do pensamento próprio de Strauss. Nesse

momento, no entanto, já estamos introduzidos em um relato histórico do debate. A exemplo de Tucídides, que se esforça em representar os discursos no contexto histórico-político, Strauss, por meio de uma justaposição da posição de escritores relevantes, revela sua contribuição para a democracia liberal. (McDonough, 2011, p. 63).

Strauss compreende que mesmo quando escrevem diálogos, os grandes pensadores se comunicam por meio de monólogos, haja vista que nos diálogos platônicos, por exemplo, não vemos um diálogo entre as mentes de mais alta ordem, mas são diálogos entre um homem superior e um homem inferior a ele. Nesse sentido, devemos fazer o que as grandes mentes são incapazes de fazer. Uma vez que as grandes mentes se contradizem no que diz respeito aos assuntos mais importantes, elas nos obrigam a julgar seus monólogos, e articular seus pensamentos, transformando seus monólogos em diálogos. Por outro lado, devemos reconhecer nossa incapacidade de efetuar essa tarefa (Strauss, 1989, p. 318).

Nossa interação com o pensamento dos autores mais importantes pode ser obscurecida por diversas ilusões. Nesse caso tendemos a acreditar que nosso ponto de vista é superior àquele apresentado pelos grandes pensadores. De outro modo, podemos acreditar que cada pensador estava relativamente certo em seu ponto de vista. Ora, aceitamos que não há pontos de vista verdadeiros em relação ao seu conteúdo, mas somente em relação à sua forma; nesse sentido somos conduzidos a um relativismo, de modo que o certo é relativo a cada perspectiva. Existe também uma ilusão que obscurece nossa verdadeira situação, ela nos leva a acreditar que podemos ser mais sábios que os homens mais sábios do passado. Nesse caso, em vez de ouvintes atentos, somos induzidos a desempenhar um papel de juízes. De acordo com Strauss, a causa dessa situação é que nossos professores acreditaram em uma sociedade puramente racional, cada um incentivado a encontrar sua orientação por suas próprias forças (Strauss, 1989, p. 318).

A filosofia, na perspectiva de Strauss, deve evitar a tentação de ser edificante. Contudo, não podemos exercer nosso entendimento sem

entender alguma coisa de importante de tempos em tempos, e esse ato de entendimento pode ser acompanhado pela consciência de nosso entendimento. Essa é uma experiência independente de se o que entendemos é agradável ou não, justo ou injusto. Podemos dizer que, em certo sentido, os males são necessários para que haja compreensão. Considerando a dignidade da mente, nós podemos perceber o fundamento da dignidade humana e, também, a bondade do mundo, que é a casa do homem (Strauss, 1989, p. 319).

A educação liberal, o intercâmbio com as grandes mentes, consiste no cultivo da modéstia, no sentido de entender que existiram grandes pensadores que são importantes para nós. Ao mesmo tempo é o treinamento para a ousadia, pois exige de nós um rompimento com a pressa, com a vaidade intelectual. A educação liberal nos liberta da vulgaridade, ela nos fornece experiência das coisas belas⁶. Desse modo, podemos dizer que a educação liberal é responsável por aprimorar a alma humana para que ela desenvolva capacidades mais profundas. A política, sem dúvidas, está entre as atividades que exigem de seus atores competência e habilidades que vão além do que é fornecido pela cultura de massas. Veremos a seguir como a educação liberal é fundamental na formação do cavalheiro, aquele que se ocupa da arte da política.

A formação dos cavalheiros pela educação liberal e a diferença entre essa forma de educação e a filosofia

Strauss em *Liberal Education and Responsibility* procura desenvolver uma reflexão a respeito de duas sentenças que estão presentes na obra *What is Liberal Education?* A saber, as sentenças dizem respeito primeiramente à educação liberal como um caminho que conduz da democracia de massas à democracia ideal e, ao lado desta, a educação

⁶ Strauss, 1989, p. 319.

liberal como um empreendimento necessário para fundar uma aristocracia em uma democracia de massas⁷.

Nesse sentido, Strauss vai fornecer um esboço da educação original do cavalheiro que é, em grande medida liberal num sentido diferente do sentido político atual, desse modo ele inicia uma reflexão a respeito do termo “liberal”. De acordo com o filósofo teuto-americano, o termo liberal tanto no mundo antigo, quanto atualmente, é relacionado com a política. O conceito de liberal se relacionava no mundo antigo com o homem livre, em oposição ao escravo, haja vista que a liberdade pressupõe a ideia de escravidão. Um escravo pode ser entendido como aquele não possui tempo para si, mas deve se dedicar ao seu mestre. Por outro lado, o mestre é livre para dedicar-se a si mesmo, ele pode se ocupar da política e da filosofia. Nesse sentido, existem muitos homens livres que se assemelham a escravos, pois são submetidos a uma grande carga horária de trabalho, e não podem dedicar-se a si mesmos. Os verdadeiros homens livres são os que podem gozar de lazer, são aqueles que possuem riquezas que não exigem muito tempo para sua administração. Se ele gastar muito tempo em suas atividades de labuta, ele não possuirá muito tempo para se dedicar à política e aos estudos. Para manter esse estilo de vida, os cavalheiros, como Strauss os denomina, dependem de que outros façam suas atividades que exigem tempos, ou seja, os cavalheiros dependem daqueles que não são cavalheiros. Esse modo de vida não é seguro, no entanto, se os cavalheiros não forem os governantes, ou seja, se o regime da cidade não for uma aristocracia (Strauss, 1989, p. 324).

A educação liberal forma cavalheiros. De acordo com Strauss, a palavra referente à educação no idioma grego (*paideía*) deriva-se da palavra grega para criança (*país, paidos*). Inicialmente, a educação liberal é direcionada para crianças. Os termos “educação” e “lúdico” são próximos no grego. No entanto, a atividade realizada pelo cavalheiro é uma atividade séria. Os assuntos de que se ocupam os cavalheiros são os mais importantes, na medida em que se relacionam com a boa ordem da

⁷ Strauss, 1989, p. 323.

alma e da cidade. A educação dos cavalheiros consiste na formação do caráter de gosto. Strauss entende que a fonte dessa educação se encontra nos poetas. Os cavalheiros necessitam de aprimorar atividades administrativas a fim de gerir os assuntos domésticos e públicos. Essa educação pode ser transmitida de cavalheiros mais experientes para aqueles iniciantes. Junto a isso, os cavalheiros podem receber instruções de professores de retórica. Dessa forma, Strauss reconhece que apenas ricos podem receber esse tipo de educação (Strauss, 1989, p. 325).

Essa situação nos conduz a uma reflexão a respeito da justiça numa sociedade governada por um cavalheiro. Um governo não pode ser justo governando apenas para uma parte da sociedade, mas tão somente se ele governar para toda ela. Nesse caso, é uma tarefa do cavalheiro exercer um governo que seja benéfico para a cidade como um todo. Strauss nos diz que homens iguais devem ser tratados igualmente, e ele reconhece que os cavalheiros não são superiores aos homens vulgares. O único elemento que distingue os cavalheiros é sua educação, no entanto, a maioria das pessoas é capaz de adquirir o mesmo tipo de formação. Nesse caso, algumas pessoas possuem mais oportunidades que outras, mas isso ocorre de maneira injusta, pois o único critério para que uma pessoa possa se tornar um cavalheiro é seu poder aquisitivo. Nesses moldes uma aristocracia seria injusta (Strauss, 1989, p. 325).

Do ponto de vista do cavalheiro, a cidade não pode fornecer a todos os cidadãos condições para se tornarem cavalheiros. Insistir na ideia de que homens iguais por natureza devem ser igualmente tratados em sociedade pode levar a um estado de monotonia universal. O mais comum é que haja poucos ricos e muitos pobres. No entanto, parece arbitrário a maneira como algumas famílias são condenadas ao estado de pobreza e miséria, ao passo que poucas famílias sejam escolhidas para administrar grandes riquezas (Strauss, 1989, p. 326). De acordo com Burns, o argumento da monotonia universal não apresenta para Strauss um motivo pelo qual, em uma sociedade com recursos limitados, uma família deve ser condenada à monotonia ao passo que outra deve ser levada à distinção (Burns, 2021, p, 38).

O governo dos cavalheiros parece injusto na medida em que eles são naturalmente iguais aos pobres, se diferem destes apenas pela educação que é inacessível àqueles que não podem pagar por ela. Strauss, nesse caso, não admite esse arranjo político, pois o governo do cavalheiro implica que ele é responsável pelas pessoas comuns, contudo, o cavalheiro tem uma natureza semelhante à natureza dos governados por ele, a sua diferença é a sua educação que lhe foi possível devido ao seu poder aquisitivo. No entanto, isso vai contra a natureza, pois os iguais devem ser tratados como iguais, um governante legítimo deve ser, por natureza, superior, ou seja, deve ser um filósofo. Os cavalheiros entre si discordam da natureza da virtude: por um lado, alguns deles entendem-na como digna de escolha por si mesma, ao passo que, por outro lado, alguns deles veem na virtude um meio para adquirir honra. Desse modo, eles discordam em relação aos primeiros princípios e não são capazes de realizar deliberações comuns. Mesmo não sendo capacitados, eles são responsáveis pelo bem-estar do vulgo (Strauss, 1989, p. 326).

O princípio fundamental para o governo dos cavalheiros conduz a uma rejeição da democracia. A democracia é o governo da maioria dos adultos livres, no entanto apenas a minoria entre eles é educada. Nesse sentido, a democracia se fundamenta na liberdade concedida a todo cidadão livre. Uma vez, porém, que numa democracia a maioria dos cidadãos é iletrada a democracia é, na realidade, um governo de analfabetos, e por isso é rejeitada por Strauss. Numa democracia todos devem, pelo menos em algum grau, possuir a arte da política, no entanto, alguns cidadãos não são capazes de adquirir essa arte por meio da educação. A verdadeira arte política, capacita o ser humano não somente a obedecer, mas a articular leis, e essa capacidade é adquirida pela educação, que é restrita àqueles que podem pagar por ela (Strauss, 1989, p. 327).

A política e a filosofia constituem as atividades necessárias para se tornar um cavalheiro. Como mostra Burns, o cavalheiro se ocupa com os fins políticos, ao passo que o filósofo está interessado na busca pela verdade do todo. A finalidade da filosofia, uma atividade essencialmente zetética, muito se difere dos objetivos políticos, pois esses muitas vezes

não surgem de uma investigação, mas em grande medida a política pressupõe seus fins⁸. Strauss nos diz que a filosofia pode ser entendida de duas maneiras, uma mais estrita, outra mais vaga. Sendo compreendida de um modo mais vago, a filosofia pode ser definida como um interesse intelectual. Estritamente falando, a filosofia é a busca pelo conhecimento das coisas mais importantes. Neste último sentido, a filosofia é superior à política. Uma vez que a política é a perseguição de certos fins, a boa política persegue os fins bons. No entanto, a distinção entre os fins que são bons e os fins que não são bons transcende a política. Isso ocorre, porque, de acordo com o pensamento de Strauss, as coisas mutáveis e corruptíveis pressupõem as coisas imutáveis e incorruptíveis (Strauss, 1989, p. 327). A política necessita de fins fornecidos por uma ordem eterna que a transcende.

Esse argumento pode sugerir o motivo do interesse do cavalheiro pela filosofia, mas ele não nos diz se um filósofo poderia se interessar pela política. Uma vez que o principal interesse do filósofo está na busca pela verdade e no conhecimento da ordem eterna, isso implica, como vê Burns, em uma disposição que está dissonante com a ordem política. Uma ciência do todo, a pretensão do filósofo, exige que o todo seja governado por uma natureza que não faz parte da ordem política, mas sim a uma ordem física. Essa natureza estabelece que todas as coisas, tanto as que surgem a partir da ação humana, quanto as coisas que independem dela, são perecíveis ou corruptíveis. No entanto, há uma resistência em aceitar isso por parte daqueles que estão engajados na vida política. Estes podem ser inclinados por suas esperanças e apegos a conceberem o mundo como uma obra de deus ou deuses eternos e misteriosos, que ignoram as necessidades naturais em prol da justiça. Dado que o conhecimento do filósofo não abrange todas as coisas, as naturezas que são alvo de suas pesquisas não são evidentes por elas mesmas (Burns, 2021, p. 44).

⁸ Burns, 2021, p. 40.

A educação liberal como uma preparação para a filosofia e a filosofia como a mais alta forma de educação: a educação do adulto

Segundo uma reflexão desenvolvida por Burns em conformidade com o pensamento de Strauss, a filosofia política foi fundada por Sócrates como uma “educação liberal” que é uma preparação necessária para a filosofia. Ela surge a partir da compreensão de Sócrates do problema que emerge de nossa falta de acesso das causas fundamentais das coisas, isso levou a uma tentativa sem precedente de fundamentar a vida na razão por meio de uma investigação dialética das questões políticas (Burns, 2021, p. 44).

A filosofia transcende o cavalheirismo, e, do ponto de vista de Strauss, a educação liberal ganha um significado de preparação para a vida filosófica. Aquilo que os cavalheiros tomam como certo a respeito dos assuntos mais importantes, o filósofo, por sua vez, transforma em objeto de dúvida. Há uma grande diferença entre a virtude do cavalheiro e a virtude do filósofo. É uma condição do cavalheiro gozar uma vida de riquezas, uma vez que ele deve pagar pela sua educação. Ao passo que o filósofo, como vemos no caso de Sócrates, pode ser pobre. A virtude do filósofo, para ser desenvolvida, não necessita de riquezas. A virtude do cavalheiro, por outro lado, exige o domínio da arte pela qual se defende sua propriedade. Strauss reconhece, no entanto, que embora existam diferenças entre a virtude do filósofo e a virtude do cavalheiro, esta pode ser entendida como um aspecto político da virtude do filósofo (Strauss, 1989, p. 328).

No entanto, ainda paira a questão de por que os cavalheiros e não os filósofos devem governar. Uma vez que o filósofo é melhor por natureza e por educação, qual seria o motivo de os cavalheiros governarem? Um argumento vai na direção de que os filósofos se ocupam totalmente com as coisas mais importantes, na busca do conhecimento do todo, por isso não teriam tempo para se dedicar aos assuntos públicos. Dessa forma, o governo dos cavalheiros se faz necessário. No entanto, esse argumento ignora que Strauss se refere nesse contexto não à atividade do

filósofo propriamente dita – a busca da ciência do todo – mas ele se refere à educação preparatória do filósofo nos assuntos mais importantes. Ora, não apenas os filósofos, mas também os cavalheiros se ocupam dos assuntos mais importantes. Tais assuntos não são exclusivos da filosofia, mas são contemplados pela educação liberal, que junto à educação do cavalheiro se torna uma preparação para a filosofia (Burns, 2021, p. 45).

Os filósofos são entendidos por Strauss, como vimos, serem melhores por educação e por natureza. O governo do cavalheiro é um reflexo do governo do filósofo. A filosofia é uma atividade zetética, contínua e vitalícia, é a educação do adulto⁹. O conhecimento do mais alto tipo não é facilmente disponível como é o caso dos conhecimentos mais vulgares, no entanto, ele exige sempre uma atualização. A educação do cavalheiro pode ser dividida como uma atividade lúdica do potencial cavalheiro e a atividade séria do cavalheiro propriamente dito. Essa distinção não pode existir na educação do filósofo, uma vez que a filosofia se encarrega dos assuntos mais importantes e sérios. Nesse sentido, a exemplo de Platão, Strauss reconhece a impossibilidade do governo do filósofo. Um problema que conduz a outro, tendo em vista que o filósofo será governado por seus inferiores (Strauss, 1989, p. 329).

Uma saída seria dizer que os filósofos não são parte constituinte da sociedade e quem educa a cidade é a religião na figura do padre. A finalidade da cidade não é a mesma da filosofia. A diferença que observamos entre o cavalheiro e o vulgo é mais evidente se observamos a diferença entre o filósofo e o não filósofo. O filósofo e o não filósofo não são capazes de efetuar o mesmo tipo de escolhas. Nesse sentido existe uma desproporção entre filosofia e cidade. A filosofia pode existir de forma paralela em relação à cidade. O filósofo é responsável pela cidade somente na medida em que sua atividade contribua para o bem-estar da cidade – a filosofia tem um efeito civilizador. A cidade necessita da filosofia apenas de forma indireta (Strauss, 1989, p. 330).

⁹ Strauss, 1989, p.328.

Em sua relação com a cidade, o filósofo obedece até mesmo leis injustas a mando da cidade. O filósofo contribui para a cidade por meio do efeito humanizador do seu trabalho, mas contribui apenas indiretamente. A partir dessas reflexões ainda persistem muitas questões a respeito do que justificaria a falta de espírito público do filósofo, ou então qual seria o conteúdo do conhecimento adquirido dialeticamente pelo filósofo. Para explicar isso, Burns vai refletir a respeito de como Strauss entende a disposição do filósofo. Nesse argumento ele considera que o cavaleiro não pode dar um relato inteligível de seu modo de vida. Dessa forma, o cavaleiro e o filósofo, como vimos acima, não tomam as mesmas deliberações. O problema, então, não se limita à deficiência do entendimento do povo, mas se estende às deficiências do próprio cavaleiro. O cavaleiro é incapaz de fornecer um relato coerente de sua compreensão de vida nobre, assim como é incapaz de fornecê-la ao povo. A incoerência na reivindicação do governo dos cavaleiros é visível para os filósofos (Burns, 2021, p. 46).

Como Burns nos lembra, a educação dos cavaleiros é orientada por poetas. Considerando que os filósofos não são parte constituintes da cidade, os únicos professores que realmente fazem parte da cidade são os sacerdotes. O governo nobre do cavaleiro educado pelos poetas é compatível com o ofício do sacerdócio e a preocupação com o divino¹⁰. Ocupar-se com os assuntos mais importantes é tarefa dos filósofos, mas também dos cavaleiros, essa atenção aos assuntos mais sérios inclui o confronto com nossa mortalidade como membros de uma comunidade política. O filósofo político frente a esse confronto encontra como resultado uma resignação serena, e entende a finitude humana como uma necessidade da natureza. O cavaleiro, por sua vez, apresenta uma resposta a esse problema comum aos poetas, uma resposta que não pode ser deixada de lado. A resposta do cavaleiro reivindica a experiência religiosa da intervenção divina nos assuntos humanos. Com isso, cria um desafio à disposição científica do filósofo ao afirmar que as causas naturais não se

¹⁰ Burns, 2021, p. 47

constituem de eventos necessários, mas são intervenções divinas nos assuntos humanos. Como falamos no início dessa seção, foi a esse desafio que a filosofia política clássica se voltou com o objetivo de fundamentar uma orientação racional da vida por meio do uso da dialética no nível da discussão do cavaleiro, um nível pré filosófico. Essa atividade, no entanto, não tinha como objetivo efetivar uma modificação científica da política (Burns, 2021, p. 48).

Em linhas gerais, os filósofos pré-modernos não cultivam ilusões em relação à possibilidade de realização de uma aristocracia genuína. Para todos os propósitos práticos, eles se satisfazem com o regime no qual o cavaleiro compartilha poder com o povo, um regime que utiliza de eleições para definir seus governantes (Strauss, 1989, p. 330). Em continuidade na sua obra, Strauss se dedica à tarefa de mostrar as mudanças que a modernidade proporcionou à ideia de educação liberal. No entanto, não iremos nos aprofundar nessa transformação ocorrida na forma de compreender a educação liberal.

Conclusão

A partir dessas reflexões, tentamos mostrar o caráter da educação liberal tal como ele foi pensado pelo filósofo Leo Strauss. Vimos que a educação liberal pode ser entendida como uma espécie de remédio para os problemas das democracias modernas e das culturas de massas. A cultura de massas, por sua vez, fornece um produto artístico e intelectual de má qualidade e barato, sendo acessível e raso, em oposição à profundidade necessária às boas obras de arte. A educação liberal tem como característica resgatar a paciência e a contemplação do belo que não se encontram em uma cultura de massas. Junto a isso, podemos dizer que a educação liberal forma cavaleiros, no entanto ela exige um custo e se restringe àqueles que gozam de riquezas e tempo para dedicação. No entanto, a forma como ocorre essa divisão entre pobres e ricos, é arbitrária e injusta, pois os pobres não possuem acesso a essa educação meramente

por acaso. Esse problema evanesce quando falamos da filosofia, uma vez que nesse caso não há a necessidade de possuir bens e riquezas, é necessário, por outro lado, possuir uma inclinação natural para a sabedoria, que não se encontra na alma do cavalheiro. Isso faz da filosofia a mais nobre forma de saber, pois o filósofo é por natureza superior aos outros membros da sociedade. Já o papel da educação liberal pode ser de preparação para a vida filosófica.

Poderíamos ainda nos perguntar, considerando a análise de Strauss da sociedade como uma esfera de caráter doxástico e religioso, em que medida sua proposta de uma educação que considerasse esse caráter religioso teria espaço em um mundo secular? As críticas de Strauss ao Iluminismo apresentam um teor de descontentamento com a forma como o pensamento moderno atacou e desdenhou da ortodoxia. Mas podemos nos perguntar em que medida, num mundo onde o próprio Strauss reconhece que nossos professores acreditam em uma sociedade puramente racional e autônoma¹¹, é válido propor um ensino que considere como parte fundamental o ensino religioso¹². A obra de Strauss, em grande medida, está direcionada a responder essas questões, desde seu primeiro livro publicado em 1930 *Die Religionskritik Spinozas als Grundlage seiner Bibelwissenschaft*, podemos ver a preocupação de Strauss com esses problemas que envolvem o conflito entre filosofia e religião. O que podemos dizer em relação à posição do filósofo seria uma alternativa apresentada por ele de reavivar um debate que havia sido deixado de lado na modernidade, pois essas questões fundamentais, como o problema teológico político – que inclui a questão da formação do cidadão, se o direcionamento deste deve obedecer a uma regra exterior, a heteronomia de orientação ortodoxa ou se ele deve se guiar pela própria razão – são questões necessárias para a compreensão da sociedade e da filosofia enquanto tal.

¹¹ Strauss, 1989, p. 318

¹² É o argumento que Burns defende e que reproduzimos na primeira seção desse artigo. Cf. Burns, 2021, p. 15.

Referências

- BURNS, Timothy W. *Leo Strauss on Democracy, Technology, and Liberal Education*. Albany, State University of New York Press, 2021, p. 20-21.
- MCDONOUGH, T. Strauss's Rights Pedagogy: In: YORK, J. G.; PETERS, M. A. *Leo Strauss, Education and Political Thought*. Madison, Teaneck: Fairleigh Dickinson University Press, 2011. p. 52-73.
- OLIVEIRA, R. R. The subversion of ancient thought: Strauss's interpretation of the modern philosophic project. *Rev. Int. Fil.* Campinas, v. 43, n. 3, p. 1-54, Jul.-Sep. 2020. DOI : <https://doi.org/10.1590/0100-6045.2020.v43n3.ro>.
- ROBERTSON, N. G. "The Second Cave": Leo Strauss and the Possibility of Education in the Contemporary World. In: YORK, J. G.; PETERS, M. A. *Leo Strauss, Education and Political Thought*. Madison, Teaneck: Fairleigh Dickinson University Press, 2011. p. 34-51.
- STRAUSS, Leo. What is Liberal Education? In: STRAUSS, Leo. *An Introduction to Political Philosophy: Ten essays by Leo Strauss*; edited with an introduction by Hilail Gildin. Detroit, Michigan: Wayne State University Press, 1989. P. 311-319.
- STRAUSS, Leo. Liberal Education and Responsibility. In: STRAUSS, Leo. *An Introduction to Political Philosophy: Ten essays by Leo Strauss*; edited with an introduction by Hilail Gildin. Detroit, Michigan: Wayne State University Press, 1989. p. 321-345.
- STRAUSS, Leo. *Spinoza's Critique of Religion*. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.

Data de registro: 24/02/2023

Data de aceite: 06/09/2023